

V ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPO DE PÚBLICAS

ST 07 - Estado e Sociedade Civil: políticas públicas, múltiplas desigualdades e construção de futuros com prospectiva estratégica

Mobilizando guardiões e guardiãs de sementes crioulas na busca pela soberania alimentar: os desafios da implementação de políticas participativas

Joana Tereza Vaz de Moura- UFRN
Cimone Rozendo de Souza-UFRN

Resumo

O Programa estadual de sementes crioulas do Rio Grande do Norte, criado em 2020, tem como principal objetivo garantir a soberania alimentar da população rural, através do restabelecimento dos vínculos com a terra, ampliando a autonomia das famílias camponesas e o resgate das tradições camponesas. No artigo, analisamos o processo de implementação da política, para compreender como o Estado busca dialogar com os movimentos sociais, os desafios impostos e as soluções criadas para garantir a continuidade da política. Utilizamos uma metodologia qualitativa, baseada no acompanhamento direto da política em reuniões com a Secretaria Estadual de Agricultura Familiar (SEDRAF) e em entrevistas com gestores, movimentos sociais e Emater. Mostramos que, apesar do poder público ter incentivado a participação da sociedade civil na execução do Programa, alguns problemas persistem nessa dinâmica: a limitação de pessoal para dar conta das inúmeras demandas da SEDRAF, a demora no pagamento das sementes adquiridas por parte do estado; a falta de assistência técnica; a dificuldade de engajamento dos movimentos sociais no Programa, uma vez que têm outras pautas e bandeiras de luta tão urgentes quanto a discussão das sementes crioulas. Esses problemas têm sido percebidos e avaliados pela gestão, que vem tentando reestruturar o programa de modo a construir canais de interlocução e dinâmicas colaborativas entre Estado e sociedade.

Palavras-chave: sementes crioulas; políticas públicas; movimentos sociais; interações sócio-estatais.

Abstract

The State Creole Seed Program of Rio Grande do Norte, created in 2020, has as its main objective to guarantee the food sovereignty of the rural population, through the reestablishment of ties with the land, autonomy and the rescue of peasant traditions. From the perspective of analyzing the policy implementation process, the article seeks to understand how the State seeks to dialogue with social movements, the challenges imposed and the solutions created to guarantee the continuity of the policy. We used a qualitative methodology, based on direct monitoring of the policy in meetings with the State Secretariat for Family Agriculture (SEDRAF) and interviews with managers, social movements and Emater. We show that, despite the government having encouraged the participation of civil society in the execution of the Program, some problems persist in this dynamic: the delay in payment; the lack of technical assistance; and the organizational difficulty of the movements, which have other agendas and fight flags as urgent as the discussion of Creole seeds. These problems have been perceived and evaluated by management, which has been trying to restructure the program in order to build dialogue channels and collaborative dynamics between the State and society.

Key-words: creole seeds; public policies; social movements; socio-states interactions.

1. INTRODUÇÃO

A conservação de sementes crioulas é considerada parte fundamental dos processos tradicionais de produção e reprodução da lógica camponesa. Guardar sementes é parte de investimento cultural e social pois simbolizam a relação de afeto das famílias camponesas e das populações tradicionais pelas sementes que as acompanham há gerações. O aspecto simbólico, econômico, social e ambiental desta conservação vem sendo considerado essencial para o desenvolvimento das regiões rurais na América Latina e no Brasil. Trata-se de valorizar o campesinato e suas formas de sustentar a vida que se vêm ameaçadas por sucessivos apagamentos, consequentes dos distintos modos do avanço do capitalismo no campo, que expropria populações, provoca crises alimentares e reproduz desigualdades sociais.

Os movimentos sociais que atuam no meio rural e suas diferentes articulações, têm buscado reintroduzir essas práticas a fim de possibilitar o restabelecimento dos laços com a terra e o território. Especialmente em territórios semiáridos, em que os períodos de chuva são escassos, essas práticas baseadas nos saberes tradicionais se mostram fundamentais para a sobrevivência no campo. A Articulação do Semi-Árido (ASA), considerada como uma rede de movimentos e grupos que coletivamente buscam soluções para a convivência com a seca, tem sido pioneira nos debates sobre políticas públicas para camponeses do Nordeste brasileiro. Em 2015, a ASA criou o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido, com o objetivo de reforçar as estratégias de resgate e valorização do patrimônio genético, através do fortalecimento das práticas já existentes de auto-organização comunitárias (ASA, 2023). A construção de Casas ou Bancos de Sementes foi fundamental para que as famílias guardassem as sementes crioulas selecionadas para que pudessem ser utilizadas nos próximos plantios ou trocadas entre elas. Essa experiência da Rede de Sementes da ASA foi fundamental para que outras ações fossem desenvolvidas no âmbito de programas nacionais, como o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). De acordo com a Articulação Nacional de Agroecologia, os movimentos sociais e organizações da sociedade civil "batalharam para que se fosse inserido junto à aquisição de alimentos, também a aquisição de materiais propagativos e sua distribuição para fortalecer a produção de famílias agricultoras e comunidades tradicionais"(ANA, 2020).

A partir desse arcabouço experimental, o governo estadual do Rio Grande do Norte elaborou o Programa Estadual de Sementes Crioulas, inserido no Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES). O Pecafes faz parte da estratégia do governo de apoiar a população rural e atender as demandas dos movimentos sociais rurais, que foram os principais responsáveis pela articulação da candidatura da então governadora Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores (PT). Portanto, assim que entrou na gestão, uma das primeiras ações foi a mudança de nome da antiga Secretaria de Reforma Agrária para Secretaria Estadual da Agricultura Familiar (SEDRAF), numa clara demonstração da centralidade desse setor nas ações do governo.

A construção do Pecafes, bem como do Programa de sementes, foi acompanhada e articulada por diversos movimentos sociais do campo que passaram a construir propostas de inovações nas políticas públicas, aproveitando a conformação de governos mais permeáveis às pautas rurais. Entretanto, a sua implementação tem sido perpassada por uma série de desafios (MOURA, BEZERRA e ROZENDO, 2023). Neste artigo, tratamos de refletir sobre a implementação do Programa estadual de sementes crioulas a partir da literatura das interações entre movimentos sociais e Estado na co-produção das políticas públicas (PISMEL e TATAGIBA, 2022) e as diversas formas de articulações entre Estado e sociedade (LAVALLE *et al*, 2018). Especialmente no Rio Grande do Norte, no contexto de um governo que se reconhece como progressista, pressupõe-se que

organizações da sociedade civil de caráter popular assumem a responsabilidade pela implementação de políticas públicas, com o objetivo não apenas de garantir à população de baixa renda acesso a direitos mas, principalmente, destinar recursos públicos para fortalecer a organização coletiva, promover participação cidadã e construir vínculos associativos nos territórios (PISMEL e TATAGIBA, 2022, p. 02).

Diante disso, o artigo tem como objetivo compreender os processos de interação entre o estado e os movimentos sociais destacando os principais desafios e limites na implementação do Programa Estadual de Sementes Crioulas. Buscamos entender como um programa construído a partir da mobilização da sociedade civil em parceria com a gestão tem tido dificuldades para garantir a participação dos movimentos no seu processo de implementação. Que arranjos foram necessários para reconfigurar essa participação e quais condições favorecem ou limitam suas influências na modelagem do Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte?

Visando compreender esses aspectos e atendendo o objetivo principal do artigo, estruturamos uma metodologia qualitativa para elucidar as questões substantivas que

desafiam a gestão pública e a participação dos movimentos sociais na implementação da política. Para tanto, partimos da observação participante do processo de construção e início de implementação do Programa. Acompanhamos, em 2020, as articulações feitas pela Sedraf nos 10 Territórios da Cidadania do estado potiguar para apresentar o Programa e mapear possíveis beneficiários. Essas reuniões aconteceram de modo remoto pela plataforma do *Google Meet*, diante do cenário de pandemia do COVID-19. As dificuldades de mobilizar as pessoas foram constatadas nos diversos públicos participantes: uns territórios contando com mais de 20 pessoas e outros com apenas 05. Na ocasião, já identificamos alguns problemas de implementação, que serão detalhados e analisados no item dos resultados.

A partir das observações e com entrevistas semi-estruturadas com o Secretário da Sedraf e com o coordenador da pasta responsável pelo Programa buscamos compreender a lógica institucional da política. Também conversamos com a representante da Emater sobre os dados e informações de agricultores e agricultoras que guardam sementes no RN e com o representante da ASA Potiguar para compreender como estão estruturadas as casas de sementes e quem são os/as responsáveis por elas. Isso se mostrou fundamental para entender em que medida há um diálogo entre a política da ASA e a da Sedraf e qual o grau de conexão entre essas entidades. Por fim, conversamos também com o representante estadual de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para perceber a visão do movimento sobre o programa e sua inserção.

O artigo está estruturado em outras quatro seções, além da introdução. A seção dois apresenta a reflexão teórica sobre as relações entre movimentos sociais e políticas públicas, que embasa nossas análises. A seção três, discorre brevemente a disputa em torno de modelos de desenvolvimento rural, a pauta da agroecologia e como as sementes crioulas se inserem nesse processo. Na seção quatro trazemos o desenho do Programa para analisarmos a participação dos movimentos sociais na sua implementação. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2. O diálogo entre Estado e movimentos sociais na elaboração de políticas públicas

A literatura dos movimentos sociais têm se preocupado mais recentemente em construir reflexões teóricas e/ou modelos que possibilitem compreender qual o papel dos movimentos sociais na formulação e implementação de políticas públicas. Em âmbito internacional, o livro *The Consequences of social movements*, escrito por Bosi, Giugni e Uba (2016), possibilitou análises importantes sobre as ações dos movimentos sociais e seus impactos nas políticas públicas e tornou-se uma referência nacional para pensar essas

dinâmicas. A perspectiva das interações entre esses campos (sociedade civil e Estado) surgiu como um desafio a ser enfrentado pelos pesquisadores. Assim, mobilizando conceitos como o de repertórios de interação (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014), encaixes institucionais e domínios de agência (GURZA LAVALLE *et al*, 2018) e ativismo institucional (ABERS, 2021; CAYRES, 2015), os autores têm buscado compreender essas dinâmicas dentro de uma perspectiva relacional com foco nos múltiplos vínculos possíveis entre atores estatais e não estatais. Parte-se do entendimento de que as articulações, diálogos, negociações entre esses agentes acontecem em diferentes momentos, espaços e produzem resultados diversos para as políticas públicas, seja no seu desenho ou na implementação.

O conceito de repertórios de interação ganha visibilidade no trabalho de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) para compreender como o conceito original de Tilly de repertórios de ação pode ser adaptado para entender contextos não conflitivos ou disruptivos. No trabalho, as autoras mostram que em governos mais permeáveis, como o caso do primeiro governo Lula, em 2003, foram possíveis canais de interlocução e formas de experimentações de outras relações entre sociedade e Estado. Especificamente, elas observaram a abertura de “espaço para a combinação mais criativa de diferentes práticas e rotinas, ampliando as chances de acesso e influência dos movimentos sobre o Estado” (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014, p. 326). As autoras deixam claro que existem variações a depender dos setores da política pública e que essas variações podem ser explicadas por dois fatores:

padrões históricos de relação Estado/movimentos em cada setor, que expressa a heterogeneidade do Estado brasileiro e a abertura no contexto do governo Lula a um experimentalismo inédito resultante da presença de aliados dos movimentos em postos-chave no interior do Estado (IDEM, p.327).

Dito isso, as autoras mobilizam Tilly e seu conceito de repertório e ampliam para compreender “relações que envolvem também dinâmicas colaborativas entre atores no Estado e na sociedade” (IDEM, p.327), ou seja, os movimentos sociais, em determinados contextos, utilizam não somente repertórios de confronto (marchas, protestos, entre outros), mas repertórios de interação, como a participação formal em conselhos e conferências e a ocupação de cargos públicos.

Focando na ocupação de cargos públicos por militantes de movimentos sociais, Abers (2021) e Cayres (2015) mobilizam o conceito de ativismo institucional. Segundo Abers (2021), o ativismo envolve resistência, ou seja, o ativista dentro do Estado estaria contestando regras burocráticas cotidianamente. Significa, segundo ela, que “lutar no interior das instituições pode envolver o uso de rotinas institucionais (a produção de manuais, protocolos, decretos e relatórios; a realização de reuniões e seminários técnicos, etc) para fins

contestatórios"(ABERS, 2021, p.19). Atores que são ativistas tentam imprimir mudanças nas políticas públicas que são comprometidas pessoalmente e institucionalmente (CAYRES, 2015).

Silva Junior, Nascimento e Moura (2020) mostram que os estudos, sobre ativismo institucional de maneira geral, buscam compreender "como esses atores lidam com a burocracia estatal, modificando a maneira de elaborar e implementar as políticas públicas, mas também alteram as suas percepções sobre o funcionamento do próprio Estado" (SILVA JUNIOR, NASCIMENTO e MOURA, 2020, p.294). Pesquisando a ação dos ativistas no governo do Rio Grande do Norte, os autores mostram os desafios impostos nessa relação, pois mesmo compreendendo seu papel enquanto militante, muitos destes tentam separá-lo do seu papel de gestor. Entretanto, como trata-se de uma relação complexa, em que a separação de posicionamentos não se aplica na prática, a inserção de militantes na burocracia estatal possibilita a mudança (que envolvem normas organizacionais à reforma política) de dentro das organizações e das instituições" (PETTINICHIO, 2012, p.501).

Os conceitos de encaixes institucionais e domínio de agência vêm sendo explorados por alguns pesquisadores brasileiros (LAVALLE *et al*, 2018; CARLOS, 2018) e buscam contribuir para o debate sobre as diferentes formas de intersecção entre sociedade e Estado. Lavalle *et al* (2018) apresentam um marco conceitual próprio para entender como as demandas dos movimentos sociais passam a ser institucionalizadas e que consequências tem no processo de decisão governamental.

Para Carlos (2018), o conceito de encaixe institucional contribui para compreender a existência de um caráter mutuamente constitutivo das relações entre movimentos e Estado, ou seja, tanto os atores societários moldam as instituições políticas quantos são moldadas por elas. Nessa lógica, tanto o campo político institucional quanto o campo da sociedade civil são interdependentes e relacionais. Para a autora,

Os encaixes são definidos relacionalmente como processos intermediários de solidificação institucional derivados de interações socioestatais, que atribuem alguma agência com certa duração aos atores sociais envolvidos na institucionalização de demandas e ações (CARLOS, 2018, p.166).

Conforme destacam Sanchez, Rodrigues e Braga (2022, p. 273), "encaixes não acontecem de uma hora para outra, como um passe de mágica. Pelo contrário, são frutos de processos de interação complexos que ocorrem por meio de conflito, aprendizagem e cooperação entre atores sociais e estatais".

Quando o Estado reconhece a legitimidade das ações de atores societários na proposição de determinados projetos, esses encaixes podem ser compreendidos como

"domínios de agência". De acordo com Sanchez, Rodrigues e Braga (2022, p. 275), "um dos critérios possíveis para avaliar se um conjunto de encaixes pode ser considerado um domínio de agência é sua continuidade no tempo e sua capacidade de resiliência em momentos adversos, derivados, por exemplo, de mudanças de governo".

Neste sentido, esses conceitos possibilitam lançar luz sobre os avanços nos processos de institucionalização das pautas dos movimentos sociais nas políticas públicas, através dos acessos ao Estado, seu grau de influência nos processos decisórios e sua duração no tempo.

Sinalizamos, portanto, que essa investida feita pelos autores que tentam pensar os movimentos sociais no Brasil e suas relações com as políticas públicas oferece pistas analíticas importantes para a compreensão do Programa estadual de sementes crioulas. A estratégia de interação dos movimentos sociais com o Estado, seja por meio de repertórios de interação (participação em audiências públicas, em conselhos gestores e em reuniões institucionais) ou por meio do ativismo institucional, permite que suas demandas sejam escutadas e/ou levadas em consideração em cenários políticos permeáveis (os regimes políticos democráticos). Nesses contextos mais abertos à participação social, essa relação sócio-estatal possibilita a criação de encaixes institucionais quando os atores da sociedade civil conseguem acessar o Estado influenciando-o de maneira decisiva no processo de elaboração e implementação das políticas públicas.

2.2. Resgate de tradições, soberania alimentar e resistências: a importância das sementes crioulas

Os debates em torno dos processos de desenvolvimento rural têm sido acalorados desde o início do século XXI, confrontando projetos políticos que mobilizam distintas narrativas buscando apoios na sociedade. "Nessa luta pela construção de narrativas, esses grupos aliam-se a intelectuais para chancelar cientificamente suas pautas e conquistar maior legitimidade" (MOURA, ROZENDO e OLIVEIRA, 2020, p. 562). De um lado, encontramos o campo dos apoiadores do agronegócio¹, que busca se unificar e construir um repertório discursivo coordenado para ser reconhecido pelo Estado e pela sociedade como o impulsionador do desenvolvimento do país. Mesmo havendo disputas internas, os atores envolvidos nesse campo criam um "discurso coeso, positivo, persuasivo (diria até atraente e

¹ Compreendemos a heterogeneidade presente dentro desse campo, mas estamos fazendo uma leitura mais abrangente para poder mostrar as principais diferenças ideológicas e de projetos políticos entre os dois campos, especialmente no que tange aos modelos de desenvolvimento do meio rural propostos pelos atores envolvidos nesses debates.

sedutor) construído em torno do signo agro, cujo efeito possui alto potencial agregador” (GERAHRDT, 2022, p. 03). Esse grupo é responsável por reproduzir padrões tecnológicos de produtos agropecuários e máquinas de grandes empresas internacionais, ou seja, trabalham para promover e impulsionar o chamado “pacote tecnológico”. Esse modelo de agricultura baseia-se em nas importações de máquinas e insumos para o desenvolvimento do meio rural. Desde essa perspectiva, a utilização dos agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas tornam-se essenciais para acompanhar os desafios impostos pela modernização da agricultura. Mais recentemente, esses atores vêm se reposicionando dentro do debate da segurança alimentar, disputando sentidos ligados à questão ambiental e à sustentabilidade. Mas conforme destaca Fernandes (2005, p.01), “agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária... e uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura brasileira”.

Por outro lado, temos grupos impulsionados especificamente pelos movimentos sociais que vão dar outro sentido às dinâmicas do campo, valorizando e resgatando as tradições camponesas, construindo suas lógicas próprias de pensar os processos de desenvolvimento, partindo de múltiplas cosmovisões que se opõem às perspectivas atuais hegemônicas. Esses atores questionam a modernização do campo e seu pacote tecnológico, que produziu uma massa de agricultores excluídos, deteriorou os solos e devastou o meio ambiente. Assim, os movimentos sociais do campo vêm se mobilizando na busca pela garantia da autonomia camponesa e da soberania alimentar. Conforme destacam Chao *et al* (2023), as mobilizações e reivindicações continuam as mesmas, por exemplo, “o desejo de ter uma terra própria, incluindo reivindicações de povos indígenas e [a luta das] mulheres por agência e autonomia sobre territórios. (p. 16).

Nesta luta por autonomia a soberania alimentar assume centralidade, especialmente por intermédio da Via Campesina e outras organizações sociais em seu enfrentamento às pautas do agronegócio. No Brasil, temos como referência os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), que lutam constantemente para o fortalecimento de proposições alternativas para o campo, a partir de formas insurgentes de defesa do patrimônio biocultural, de um modo de vida, de uma identidade cultural e profissional dos seus territórios (Demeulenaere e Bonneuil, 2010 citado por Rozendo e Brandenburg (2023). Para Fabrini (2017, p. 55), “a soberania alimentar defendida pelos movimentos camponeses está relacionada à autossuficiência do país na produção de alimentos (...) para atender à demanda existente no seu território”. Esses movimentos ligados à Via Campesina buscam, portanto, defender o campesinato e as suas

formas de produzir alimentos “livres de transgênicos, livres de agrotóxicos, na perspectiva da agroecologia que é o sustentáculo da soberania alimentar (...) [e] a preservação e multiplicação das sementes como patrimônio dos povos” (ZANOTTO, 2017, p.12).

Neste sentido, as estratégias de manutenção das sementes crioulas são concebidas como mecanismos de resgate das tradições, ao mesmo tempo que buscam garantir a reprodução social, cultural e econômica das famílias camponesas e populações tradicionais². A preservação das sementes são concebidas igualmente como formas de re-existência de formas sociais de produção que colocam em xeque os atuais modelos produtivos.

Segundo a Lei Federal 10.711/2013, sementes crioulas são variedades desenvolvidas, adaptadas ou produzidas por famílias agricultoras, assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, pescadores artesanais e ribeirinhos, povos de comunidades tradicionais. Elas possuem características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pela respectiva comunidade, diferente das cultivadas comercialmente. No Rio Grande do Norte, as sementes crioulas são denominadas “Sementes da Tradição” (SEDRAF, 2020).

2.3. O Programa Estadual de Sementes Crioulas e Mudas Nativas: desenho arranjo institucional e implementação

O Programa Estadual de Sementes Crioulas vem sendo operacionalizado desde 2020 no estado do Rio Grande do Norte no âmbito do Pecafes, que foi criado em 2019. Em um evento na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a então governadora Fátima Bezerra (PT) comentou que essas políticas buscam atender a demandas antigas dos agricultores familiares do estado. Para ela, “as sementes crioulas representam um avanço na segurança alimentar, incentivando a produção saudável, sem agrotóxicos e de qualidade, além de apoiar a agricultura familiar” (UERN, 2020). Essas questões aparecem claramente descritas no Edital 01/2020 da Sedraf:

O programa tem como ação a distribuição de sementes crioulas, de modo a garantir a produção de alimentos saudáveis, o fortalecimento social e econômico das organizações produtivas de base familiar e principalmente à segurança alimentar e nutricional das famílias que participam dessa proposta e tem por principal objetivo fortalecer a sustentabilidade das unidades familiares, através do estímulo e utilização de sementes localmente adaptadas à realidade ambiental e social da

² O termo- sementes crioulas ou nativas- refere-se às sementes que preservam as características da espécie, que são adaptadas às condições ambientais dos locais em que foram cultivadas, cuja mutação genética não foi realizada em laboratório, mas que resultou de um longo processo de conhecimento partilhado por populações tradicionais para adaptá-las (ROZENDO, CARVALHO e BEZERRA, 2022).

agricultura familiar potiguar. A intencionalidade do programa é estimular a formação de casas de sementes comunitárias, garantindo a médio e longo prazo a autonomia das agricultoras e agricultores familiares (SEDRAF, p.20, 2020).

Discursivamente, percebemos que a gestão se abre para a possibilidade dos encaixes (CARLOS, 2018), convergindo, inclusive, com as orientações dos movimentos rurais, resultando na entrada da temática na agenda governamental. Para o ex-coordenador do Programa, a relação da Sedraf com os agricultores e agricultoras familiares, via os movimentos sociais, seria fundamental para a elaboração da proposta, além das parcerias institucionais com a Emater, Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN (EMPARN) e as Universidades (UERN e UFERSA). O atual secretário destacou o papel da ASA no fomento da proposta de criação do Programa: "Nossa principal inspiração foram as ações com sementes já desenvolvidas pela Articulação do Semiárido (ASA). Hoje são 74 casas de sementes no estado, que foi por onde começamos" (ASPTA, 2020).

Assim, um grande esforço de mobilização de agricultores/as fornecedores/as de sementes foi realizado, no ano de 2020, com as organizações sindicais, cooperativas, técnicos da EMATER e outros interessados, por meio de reuniões remotas, em razão da pandemia. Num contexto pandêmico, fortemente desfavorável, outras dificuldades vieram à tona, a começar pelo acesso limitado e/ou precário à internet nos espaços rurais que impedia muitos agricultores/as de participar. Ressalta-se também os diferentes níveis de engajamento das organizações sociais ao Programa, nesta etapa, em cada um dos territórios. Algumas reuniões tiveram participação bem reduzida das organizações sociais e um debate pouco qualificado, apesar dos insistentes esforços da coordenação do Programa mobilizando pessoalmente as lideranças e os escritórios locais da Emater. Já em outros territórios evidenciou-se a presença significativa de organizações sociais com formas de participação mais qualificadas expressas em questionamentos precisos sobre o desenho e as perspectivas de funcionamento do programa. Buscava-se a saber se haveria assistência técnica e linhas de fomento específicas para o público do projeto, qual seria o público elegível, como seria o passo a passo para acessar o programa, quais as escalas necessárias para o fornecimento, que tipos de sementes seriam adquiridas, qual o papel das cooperativas, etc. Destaca-se que nessa fase, nas reuniões nos 10 territórios, estavam presentes tanto a coordenação do Programa quanto os técnicos responsáveis pela análise da qualidade das sementes e a representante da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Rio Grande do Norte (UNICAFES/ RN), entidade vencedora do edital de aquisição. Em todos os encontros a representante da UNICAFES ressaltava a importância do

Programa para o fortalecimento dos movimentos sociais, visto que isso exigia não apenas uma intensa mobilização social, mas igualmente novos processos de reestruturação produtiva em bases agroecológicas acompanhados por modelos de assistência técnica que valorizassem o conhecimento local. Havia também, de parte dos envolvidos no Programa, a pretensão de que os assentamentos de reforma agrária pudessem assumir maior protagonismo no fornecimento das sementes e, para tanto, seria necessário, paralelamente, desenvolver ações educativas fomentando a importância das sementes.

Reativar os encontros estaduais de guardiãs e guardiões de sementes crioulas era uma das estratégias para isso, mas salientava-se também a necessidade de "educar para a conservação das sementes" valendo-se de ações já em curso, como associar a utilização de sementes nos projetos produtivos que acompanhavam a política de cisterna, a construção de quintais produtivos, entre outros. Havia, portanto, a preocupação de articular o Programa às políticas existentes. Apesar disso, o contexto de implementação do projeto, como salientamos anteriormente, era extremamente desfavorável em todos os sentidos.

Os agricultores familiares mal haviam se recuperado dos prejuízos causados pela grande seca, que castigou a região Nordeste entre os anos de 2011 a 2017, quando se acelerou o desmantelamento da maioria das políticas públicas para o meio rural, pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o que incidiu fortemente nos processos de mobilização dos movimentos sociais ampliando o cenário de incertezas, que já era extremamente grave em razão da pandemia. Foi, portanto, num contexto completamente disruptivo e com grandes carências nas estruturas de governança do estado que o Programa foi implementado. Evidentemente esse não é um mero detalhe quando se procura compreender as interações entre Estado e sociedade.

Apesar do contexto nacional desfavorável às pautas da agricultura familiar, a política foi se adequando e garantindo sua centralidade nas ações da Sedraf nos anos de 2021 e 2022. O Programa fazia parte de um projeto político da gestão da petista Fátima Bezerra e da Sedraf de instituir as pautas agroecológicas no âmbito das produções familiares. Segundo o ex-coordenador do Programa, Alessandro Nunes (que ficou entre 2019 e junho de 2023), em um vídeo postado nas redes sociais em 2021, a Sedraf tem desenvolvido ações fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar estadual no âmbito da agroecologia "cuidando do ambiente e dos aspectos sociais organizativos [...] é um trabalho de resgate da cultura que esses agricultores e agricultoras têm feito aqui no estado do Rio Grande do Norte" (NUNES, 2021).

Ressalta-se que tanto o ex-coordenador quanto o secretário tem uma trajetória ligada ao movimento agroecológico e a agricultura familiar e já haviam trabalhado com essa temática

em outros contextos. Alessandro Nunes trabalhou em experiências de projetos no Ceará e Alexandre Lima, o atual secretário e professor da UERN, atuava em projetos de extensão ligados também à temática das sementes crioulas. Portanto, ao serem convidados para participar da gestão da Sedraf, buscaram viabilizar o protagonismo dos diversos movimentos sociais nas propostas de elaboração do programa. Ou seja, trata-se de um ativismo institucional que, ao desafiar as amarras do sistema burocrático e pautar temáticas sensíveis e de resistência para a agricultura familiar buscam manter as formas as bandeiras de luta presentes no plano burocrático-administrativo. Neste sentido, podemos dizer que "as sementes de luta conseguem sobreviver" (ABERS, 2021, p.19) nos espaços da gestão pública a partir da presença dos ativistas nesses locais.

Além do ativismo institucional, a permeabilidade dada aos movimentos através das mobilizações realizadas em 2020, garantiu que a questão da agroecologia e da convivência com o semiárido, tivessem destaque nos propósitos do Programa. A lei Estadual nº 10.852, de 20 de janeiro de 2021, que instituiu a política, em 2021, apresentava em seu artigo segundo que "A Política Estadual de Sementes de Cultivares e Mudas Crioulas buscará fortalecer as ações para a construção da convivência com o semiárido e a disseminação do conhecimento agroecológico"(RIO GRANDE DO NORTE, 2021).

No que tange a participação da sociedade civil no Programa, o Decreto n. 31.985, de 15 de setembro de 2022, buscou normatizar essa questão e garantir as parcerias com a Emater, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S.A. (EMPARN), os municípios, as instituições de ensino superior e as organizações da sociedade civil organizada, que seriam os responsáveis pela execução do programa (RIO GRANDE DO NORTE, 2022).

No Plano Piloto, elaborado pela Sedraf e EMATER³ para a implementação do Programa, o papel dos movimentos é apontado como fundamental, pois estes seriam os responsáveis por dialogar e mapear diretamente os agricultores e agricultoras com potencial de fornecer as sementes ao programa bem como indicar os possíveis beneficiários. No referido documento, uma das principais estratégias de ação refere-se a mobilização dos atores sociais, especialmente dos movimentos, conforme destacado:

Reuniões com os coletivos de agricultores e agricultoras para divulgação do Programa e orientações sobre o funcionamento, princípios e metodologia para acesso ao programa estadual de sementes crioulas; (...) Estimular o envolvimento e participação da

³ O documento foi cedido gentilmente às autoras pela equipe de coordenação do Programa para subsidiar uma outra pesquisa (edital da Sedraf/FAPERN), que está em andamento sobre o mapeamento das sementes crioulas no Rio Grande do Norte. O documento encontra-se disponível somente em versão PDF e impressa.

sociedade civil nas ações de mobilização, cadastramento, distribuição e formação (PROJETO PILOTO, s/n).

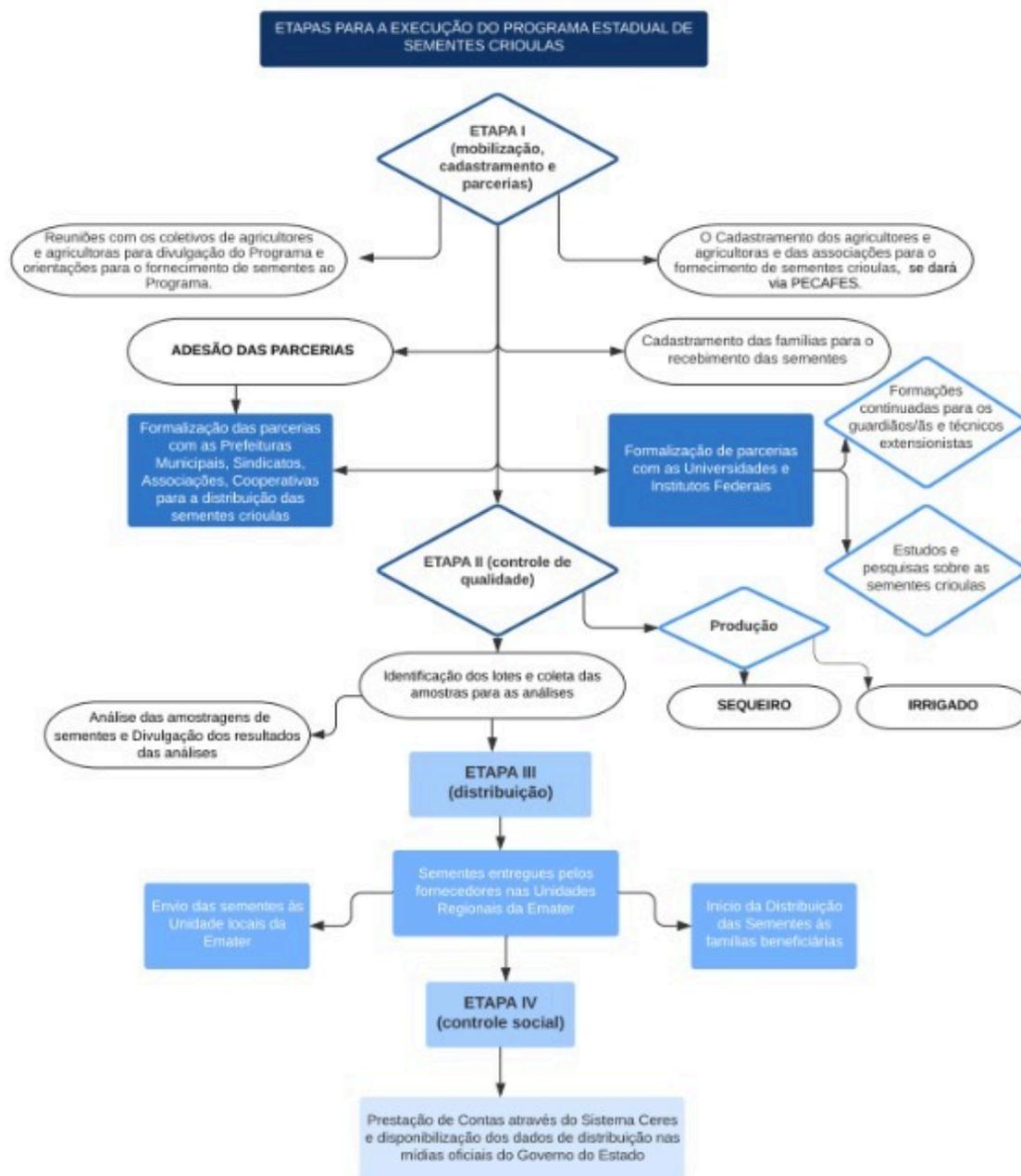
Percebe-se a intenção de fortalecer os vínculos e as relações de proximidade com os atores da sociedade civil, em diversas etapas de execução do programa, conforme explicitado no fluxograma apresentado no documento e reproduzido na figura 01.

À medida que os debates avançavam as potenciais fragilidades para a execução do Programa iam sendo identificadas e, na medida do possível, sendo ajustadas pela coordenação. Já nestas conversas iniciais, estava claro a insuficiência de pessoal da equipe técnica da SEDRAF para dar conta das demandas impostas pelo projeto, mesmo contando com a cooperação da EMATER. Como se trata de uma nova secretaria, a Sedraf não possui quadros efetivos, apenas cargos comissionados e bolsistas, contratados via Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande FAPERJ), responsáveis por todos os projetos da secretaria. A exiguidade de pessoal vai ter implicações importantes na execução e, principalmente, nas formas de acompanhamento da política.

A execução do Programa exigia uma série de condições e procedimentos estruturantes, inclusive anteriores à elaboração do próprio edital para as aquisições das sementes, que não estavam dadas e, sob os quais pairavam muitas dúvidas. A elaboração do edital pressupunha, por exemplo, o conhecimento prévio dos tipos de sementes disponíveis para a aquisição, nos diferentes territórios, bem como dos interessados no seu fornecimento. Além disso, apenas as cultivares devidamente registradas no Cadastro de Cultivares Crioulas do Ministério da Agricultura poderiam compor o edital de aquisição. Esse requisito por si só exigiria um nível de interação com as organizações sociais que mesmo com o ativismo institucional dos idealizadores da proposta, a Sedraf teve dificuldades para cumprir.

Figura 01. Fluxograma de execução do Programa Estadual de Sementes Crioulas do RN

PROGRAMA ESTADUAL DE SEMENTES CRIOLAS DO RN



Fonte: Projeto Piloto (s/d).

Somou-se a isso o fato de que somente agricultores pertencentes a associações e cooperativas poderiam participar, sinalizando que a política incidiria sobre os grupos mais consolidados e já contemplados por alguma das políticas públicas para este segmento. Isso explica inclusive, a maior adesão dos territórios Apodi, Assú-Mossoró, Mato Grande e Sertão

Central-Cabugi ao programa, uma vez que são historicamente reconhecidos pela capacidade de mobilização de sua população no acesso às políticas públicas. Dos dez Territórios da Cidadania do Rio Grande do Norte, a Sedraf conseguiu adquirir sementes nestes quatro e distribuir nos territórios do Seridó, Alto Oeste, Açu-Mossoró, Terras Potiguara, Sertão do Apodi, Mato Grande e Potengi, conforme relatório de prestação de contas da Sedraf.

Outro aspecto importante é que em razão do regime de chuvas da região semiárida, apenas agricultores/as que dispunham de áreas irrigadas conseguiriam cultivar. Além disso, esses espaços teriam que manter certa distância dos plantios convencionais de modo a tentar evitar a contaminação por transgênicos. A solução proposta foi incentivar a criação de "campos de experimentação": uma pequena área agricultável, preferencialmente irrigada e em condições de receber uma assistência técnica mais específica por parte da Emater. Foi desse experimento que proveio grande parte das sementes adquiridas pelo Programa.

O Edital 01/2020 da Sedraf previa a compra de 90 toneladas de sementes crioulas nos dez territórios da cidadania do estado, contudo somente 60% desse objetivo foi alcançado e a compra ocorreu apenas em quatro territórios, como mencionado anteriormente. As razões para isso foram diversas: perdas ocorridas nas áreas de sequeiro por ausências de chuvas, ataques de pragas no cultivo e/ou armazenamento, inaptidão das sementes à região, registros de contaminação por transgênicos, uma adesão menor do que o previsto, ausência de fomento para o projeto etc. Além disso, muitas das sementes que os/as agricultores/as podiam ofertar não estavam previstas em edital. Em alguns casos, foram feitos aditivos ao edital para que a aquisição pudesse ser feita. Embora o percentual de aquisição e a diversidade de cultivares tenham ficado abaixo das expectativas dos gestores, o volume comercializado deve ser considerado um grande feito em vista das adversidades do contexto em que a política foi implementada.

A respeito destes resultados cabe uma observação adicional, dificilmente eles teriam sido alcançados sem o engajamento pessoal dos técnicos da Emater no acompanhamento da instalação dos campos de experimentação, sem a disposição dos/as agricultores/as que, com recursos próprios, se lançaram nessa empreitada, sem o acompanhamento da equipe de coordenação do Programa que envidou todos os esforços para colocá-lo em curso e do papel mediador e logístico da Unicafes. Nesse processo de contato contínuo entre gestores/as, técnicos/as e agricultores/as, associações e cooperativas não somente o cultivo e a oferta das sementes foram garantidos, mas igualmente as condições que possibilitaram construir um repertório discursivo centrado na importância estratégica das sementes crioulas para a manutenção da agricultura familiar e na criação e defesa de territórios mais sustentáveis, como no caso de Apodi, reconhecido como um "território agroecológico"

(Rozendo e Brandenburg, 2022). Foi entre muitas idas e vindas que se mobilizaram e sensibilizaram novos atores para a causa, inclusive extensionistas mais refratários ao Programa, conforme mostram Moura, Bezerra e Rozendo (2023).

Vencida a etapa de cultivo, novos arranjos foram necessários para o transporte, armazenamento e distribuição das sementes crioulas. A logística exigida para essa classe de sementes implicava em esforços adicionais de todos os envolvidos na cadeia, já que era muito distinta daquela organizada para as sementes convencionais com padrões bem definidos e previsíveis. Após a colheita, os/as agricultores/as transportavam as sementes até a sede da Emater local, onde eram submetidas ao teste de transgenia. Se aprovadas, as sementes ficavam armazenadas até chegar o momento de serem transportadas para a cooperativa ou associação, responsáveis por acondicioná-las e, posteriormente, distribuí-las aos agricultores/as cadastrados pelo programa. Como chegava uma diversidade de sementes em distintas quantidades e períodos, era necessário que os técnicos da Emater as armazenassem até reunir volume suficiente que justificasse os custos com o transporte, arcados e realizado pela Unicafe. Além disso, era preciso uma atenção especial com o armazenamento destas, pois ao serem livres de praguicidas e conservantes ficavam mais vulneráveis à umidade e ao ataque de insetos. Ademais, os escritórios locais da Emater nem sempre dispunham de estruturas suficientes ou adequadas para armazenar, além das sementes crioulas, as sementes convencionais, também fornecidas pelo estado por intermédio da Secretaria da Agricultura e Pecuária (SEAP).

A fase de distribuição das sementes também envolveu uma organização complexa, já que era preciso coincidir com a época de produção, que no caso das regiões semiáridas, é o período das chuvas. Principalmente, porque muitos dos que haviam se habilitado para receber as sementes não possuíam áreas irrigadas e dependiam, exclusivamente, dos períodos chuvosos para realizar seus plantios. Sincronizar todas essas variáveis, às ações desta diversidade de atores, num contexto totalmente disruptivo, demandou um exercício de coordenação jamais experimentado.

Nesse processo, identificou-se que, se a Emater exercia um papel fundamental no desenho do programa, era preciso criar um ambiente organizacional e político mais permeável às novas perspectivas estabelecidas com a constituição da Sedraf. Para isso, a estratégia da coordenação do programa foi de fomentar um novo modelo de assistência técnica, capaz de atender as demandas dos projetos orientados pelo paradigma da convivência com o semiárido. Assim, o governo investiu na qualificação de parte do corpo técnico da Emater e Sedraf, fornecendo formação em nível técnico e de especialização por meio do programa "Gente do Campo". O referido programa compunha um rol de compromissos assumidos pelo

governo do estado com os movimentos sociais e com as universidades. Nessa seara, também foi lançado um edital de pesquisa, por meio da FAPERN, para mapear as guardiãs e guardiões de sementes no estado.

Em 2022, com a intensificação dos projetos de algodão agroecológico no estado, apoiados por organismos internacionais, pela indústria têxtil e organizações sociais religiosas, o Programa de sementes parece ter ganhado outra orientação. A distribuição de sementes foi distribuída prioritariamente aos agricultores envolvidos no projeto do algodão, uma vez que seu cultivo ocorre necessariamente de forma consorciada com a produção alimentar. Ainda é cedo, para analisarmos em que medida essa intersecção com o programa do algodão tem contribuído para qualificar as interações entre as organizações sociais e o estado, mas o fato é que ele tem carregado as sementes para espaços que o projeto de sementes sozinho não conseguiu alcançar. Até porque conta com uma estrutura de implementação incomparável, em termos de fomento e assistência técnica, e se trata de uma cultura que se vale da memória afetiva, mantida pelo povo sertanejo potiguar dos tempos de prosperidade da cotonicultura na região.

2.3.1 - O Programa Estadual de Sementes Crioulas no RN: desafios e experiências acumuladas

Como destacado, o programa conseguiu ser implementado somente nos territórios mais articulados e com menor participação dos movimentos sociais, que reivindicam cotidianamente seus espaços e cobram dos gestores ações mais efetivas. Em reuniões com a Sedraf, representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN) e da ASA têm questionado a pouca atenção dada a outros territórios e a dificuldade da execução orçamentária do projeto. O representante da Fetarn ainda ponderou a necessidade de participação ativa da juventude nesses processos, uma vez que as sementes crioulas são produzidas pelos próprios agricultores locais e fruto de conhecimentos transmitidos de geração em geração.

O representante do MST destacou as dificuldades encontradas pelos assentados para a participação no Programa, sinalizando também a fragilidade institucional da proposta. Segundo ele, o movimento contribuiu e ajudou nas discussões iniciais sobre a proposta, entendendo ser uma política pública importante para o desenvolvimento da agricultura familiar do Rio Grande do Norte, inclusive por trazer pautas que também são defendidas pelo MST, como a agroecologia e a soberania alimentar. Ele afirma que a ideia inicial era participar com

alguns campos de experimentação para tentar vender ao Programa. Entretanto, ele ressaltou as dificuldades enfrentadas:

Foi bem difícil essa questão da comercialização das sementes crioulas porque era pouco recurso. Fizemos algum contato, chegamos a produzir mas não conseguimos vender e com isso deu uma desanimada no público que a gente articulou para plantar (representante do MST, entrevista concedida às autoras em 02 de agosto, 2023).

Atualmente, o representante do MST sinaliza a possibilidade do movimento se articular novamente com a Sedraf buscando dinamizar essa política. Eles ainda não têm área específica a ser destinada para a reprodução das sementes, mas estão retomando essa discussão com os assentados por entender sua importância na defesa da agroecologia, pauta que tem mobilizado intensamente o MST. O representante destaca ainda, que já vem se articulando novamente com a Sedraf para pensar o papel dos assentamentos dentro da política: "na reunião que a gente teve recentemente com a Sedraf, vamos retomar a partir do próximo ano [2024] os plantios de sementes".

Uma outra dificuldade encontrada pelo Programa tem sido cumprir com os pagamentos. Muitos dos que forneceram suas sementes ao Programa receberam o pagamento com atraso e outros ainda sequer receberam. Isto vem provocando um certo descrédito da política e alimentando inclusive críticas ao governo estadual. Até porque, no entendimento de algumas lideranças, a Sedraf tem concentrado esforços e dado mais visibilidade a programas criados recentemente, sem antes prestar a devida atenção aos agricultores do programa de sementes, principalmente mantendo um canal claro de comunicação que explicita os motivos dos atrasos.

Este tipo de atitude com sujeitos que constantemente precisam lutar para garantir sua sobrevivência, faz com que propostas produtivas alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento sejam vistas com olhares céticos, dificultando possibilidades de engajamento em políticas públicas criativas e inovadoras, como no caso das sementes crioulas.

O planejamento e organização da gestão pública, com relação aos prazos e cronogramas, precisam estar em sintonia com as populações que mais sofrem diante das consequências do avanço do capitalismo no campo. Esse planejamento precisa ser pensado e articulado em consonância com os diversos movimentos sociais e com os técnicos da Emater que atuam diretamente com os guardiões e guardiãs de sementes crioulas no território potiguar. Em conversa com a representante da Emater, ela sinaliza para a necessidade de

uma organização interna das informações sobre os produtores e recebedores das sementes crioulas nos 10 Territórios da Cidadania do RN. Esse cadastro confere à gestão o poder de executar a política de maneira mais transparente e eficiente. Além do mais, conhecer quem são os fornecedores e recebedores do Programa permite traçar metas e garantir a articulação com esses sujeitos, buscando sempre aperfeiçoá-lo.

Considerações Finais

A inserção de movimentos sociais nas políticas públicas tem desafiado os pesquisadores para compreender a complexidade dessas relações e suas consequências. Buscando contribuir com esse debate, o artigo buscou analisar como os movimentos participaram da elaboração do Programa estadual de sementes crioulas do Rio Grande do Norte e quais são os desafios atuais no processo de implementação.

Notamos que, apesar da incidência dos movimentos na elaboração da proposta e dos repertórios de interação (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014) acionados pelos atores para a participação na dinâmica de execução, a articulação entre a Sedraf e os movimentos sociais prescinde um diálogo constante sobre o formato da política, mas que ainda não tem sido efetivado na prática.

Os resultados preliminares da implementação do programa mostram que apesar da importância do Programa as condições objetivas para sua execução ainda são incipientes. Há dificuldades de diversas ordens a serem superadas, a saber: a mobilização dos agricultores e agricultoras fornecedores/as das sementes; a exiguidade do corpo técnico responsável pelo Programa, o longo atraso no pagamento das sementes adquiridas, a organização do processo logístico que envolve a coleta da semente, sua testagem (para assegurar a ausência de transgenia), o armazenamento, ensacamento e distribuição. Como vimos, a implementação de um programa dessa natureza envolve inúmeros acordos entre os atores, que só foram possíveis em razão dos repertórios de interação adotados por parte dos movimentos sociais e do ativismo institucional da equipe técnica que convergiram criando encaixes institucionais. Resta saber qual será a capacidade desses atores de constituir um domínio de agência neste que parece ser um cenário político bem mais promissor, principalmente considerando a reativação de diversas políticas para a agricultura familiar e a centralidade que as questões ligadas aos sistemas agroalimentares sustentáveis estão ocupando na agenda mundial.

Referências

ABERS, R. N. Ação criativa, ativismo e lutas no interior do Estado. In: ABERS, R. N., ed. *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira* [online]. Brasília: Editora UnB, 2021, pp. 17-51.

ABERS, Rebecca Neaera; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, pp. 325-357, 2014.

ANA. Como acessar a modalidade “Sementes” do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)? 2020. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/09/PAA_Sementes-GtBioANA.pdf. Acesso em 02 de ago 2023.

ASA. Ações- sementes do Semi-árido. 23 mai 2023. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido>. Acesso em 25 mai 2023.

AS-PTA. “Estamos plantando as sementes das sementes crioulas”. 13 jul 2020. Disponível em: <http://aspta.org.br/2020/07/13/estamos-plantando-as-sementes-das-sementes-crioulas/>. Acesso em 01 ago 2023.

BOSI, Lorenzo; GIUGNI, Marco & UBA, Katrin. *The consequences of social movements*, Cambridge, Cambridge University Press, 2016.

CARLOS, E. A construção de encaixes institucionais e domínio de agência no movimento popular urbano: mecanismos e configurações. In: LAVALLE, A.G., CARLOS, E., DOWBOR, M., and SZWAKO, J., comps. *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 165-209.

CARVALHO, Horacio M. O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial, DPH, 2010. Disponível em: <https://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8243.html#:~:text=uma%20cidadania%20mundial-,O%20oligopólio%20na%20produção%20de%20sementes%20e%20a%20padronização%20da%20dieta%20alimentar%20mundial&text=As%20pol%C3%ADticas%20públicas%20governamentais%20têm,homogeneizadora%20de%20comportamentos%20e%20valores>. Acesso em 14 jun 2023.

CHAO, Sophie; WOLFORD, Wendy; OFSTEHAGE, Andrew, SHALMALI, Guttal, GONÇALVES, Euclides; AYALA, Fernanda. The Plantationocene as analytical concept: a forum for dialogue and reflection, *The Journal of Peasant Studies*, 2023.

DEMEULENAERE, E.; BONNEUIL, C. Cultiver la biodiversité - semences et identité paysanne. In: Hervieu et al. (orgs.), *Les mondes agricoles en politique. De la fin des paysans au retour de la question agricole*. Paris: Sciences Po, p. 73-92, 2010.

FABRINI, João E. Os movimentos camponeses e a soberania nacional. *GEOgraphia* Niterói, Universidade Federal, vol.19, n. 39, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera* – ano 8, n. 6 – janeiro/junho, 2005.

GERHARDT, Cleyton. Agronegócio: “desde o gene ate o meme”. A invasão do vírus/totem agro. *MANA*, 27(3): 1-36, 2021.

LAVALLE, A.G., CARLOS, E., DOWBOR, M., and SZWAKO, J., comps. Abertura - Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In: *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 20-86

MOURA, Joana T. V. de; BEZERRA, Antônia G.; ROZENDO, Cimone; Resgatando tradições: articulações entre Estado e sociedade na elaboração do Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte. *Revista Sociedade e Estado*, v.38, n. 1, Janeiro/Abril, 2023.

MOURA, Joana T. V. de; ROZENDO, Cimone; OLIVEIRA, Marcio. Movimento e contramovimento e as configurações do campo político em torno da utilização dos agrotóxicos no Brasil. *DMA*, vol. 54, p. 560-609, jul./dez. 2020.

NUNES, Alessandro. Facebook SEDRAF RN. 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/sedrafrn/videos/-algod%C3%A3o-agroecol%C3%B3gico-al%C3%A9m-do-programa-estadual-de-sementes-crioulas-e-do-proje/599413271248459/?locale=ur_PK. Acesso em 31 jul 2023.

PESSANHA, Lavínia Davis Rangel. *A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento*. 5. ed. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002. 67 p.

PETTINICHIO, D. Institutional activism: reconsidering the insider/outsider dichotomy. *Sociology Compass*, 6(6), 499-510, 2012.

PISMEL, Adriana; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: o campo multiorganizacional de implementação dos programas associativos, *Caderno CRH*, Salvador, v.35, p.01-15, 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. DECRETO Nº 31.935, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022. Disponível em: <http://webdisk.diariooficial.rn.gov.br/Jornal/12022-09-16.pdf>. Acesso em 01 de ago 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. LEI Nº 10.852, DE 20 DE JANEIRO DE 2021. Disponível em: diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20210121&id_doc=71072. Acesso em 31 jul 2023.

ROZENDO, Cimone; BRANDENBURG, Alfio. A. . (2022). SABERES INSURGENTES E A PROTEÇÃO DOS BENS COMUNS: PRÁTICAS E FORMAS DE RE-EXISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO AGROECOLÓGICO NO SEMIÁRIDO POTIGUAR. *Revista Pós Ciências Sociais*, 19(3), 527–550. <https://doi.org/10.18764/2236-9473v19n3.2022.26>

ROZENDO, Cimone; CARVALHO, Murilo; BEZERRA, Antonia G. As experiências de conservação das sementes crioulas no semi-árido brasileiro: resignificando tradições, construindo re-existências. *Anais 46 do Encontro da ANPOCS*, Campinas, 2022.

SANCHEZ, Beatriz R.; RODRIGUES, Fernando P.; BRAGA, Victoria L. Falando de institucionalização e movimentos sociais: usos, vantagens e limites da abordagem de

encaixes institucionais e domínios de agência. Entrevista de Adrian Gurza Lavalle, Euzeneia Carlos, José Szwako e Monika Dowbor a Beatriz Rodrigues Sanchez, Fernando Peres Rodrigues e Victoria Lustosa Braga. *Política & Sociedade* - Florianópolis, v. 21, n. 51 - Mai./Ago., p. 270- 298, 2022.

SEDRAF. Programa estadual de sementes crioulas. 28 abr 2020. Disponível em: <http://sedraf.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=224776&ACT=&PAGE=0>. Acesso em 01 ago 2023.

SILVA JUNIOR, Marcos A.; NASCIMENTO, Shesby A.; MOURA, Joana T. V. O Limite Difuso entre Militante e Gestor. Um Estudo sobre o Ativismo Institucional no Governo do Rio Grande do Norte, Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v.05, n.02, p. 290-310, 2020.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. 2018. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, Roberto; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. de (orgs). *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília, DF: Ipea/Enap. pp. 106-138.

UERN. UERN sedia solenidade de entrega de sementes crioulas pelo Governo do Estado. 14 dez 2020. Disponível em: <https://beta.apps.uern.br/blog/uern-sedia-solenidade-de-entrega-de-sementes-crioulas-pelo-governo-do-estado/>. Acesso em 01 ago 2023.

ZANOTTO, Rita. Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da Via campesina: experiências no Brasil e na Bolívia. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2017.